

Contrato Administrativo nº 03/2023

“Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram a **CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA** e **AMANDA OLIVEIRA MATEUS BORGES**.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA, com sede à Rua Ângelo Perilo, 35, Centro, em Lagoa da Prata - MG, inscrita no CNPJ sob o nº 20.897.302/0001-11, representada por seu Presidente, Antônio Justino Filho, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **AMANDA OLIVEIRA MATEUS BORGES**, situada na Rua Volanda Soares Gavaia, nº 33, Bairro Américo Silva, em Lagoa da Prata – MG, registrada no CNPJ nº 42.902.151/0001-85, neste ato representada pela sua Diretora, Amanda Oliveira Mateus Borges, CPF nº 077.637.416-86, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS:

O presente instrumento tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para:

Item I - Engenharia de segurança do trabalho:

- 1 - Elaborar PGR conforme determina a NR 01 do Ministério do Trabalho e Emprego Ministério da Economia;
- 2 - Realizar em conjunto com a empresa criação/divisão do GHE Grupo Homogêneo de Exposição;
- 3 - Realizar levantamento QUALITATIVO/ QUANTITATIVO de riscos por função in loco através de entrevistas e acompanhamento das rotinas laborais e avaliações quantitativas através de MEDIÇÕES Desenvolvimento da fase de antecipação e reconhecimento dos riscos, A QUAL É OBRIGATÓRIA SEGUNDO A NR 09 do MTE.
 - 3.1 – As medições necessárias serão avaliadas na visita preliminar;
- 4 - Elaborar LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, conforme instrução normativa do INSS;
- 5 - Emitir ART Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços prestados, estimada uma por ano;

2 – Medicina do Trabalho;

1. Elaborar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO, conforme NR 07 do MTE;
 - 1.1 Elaborar Relatório Anual de Exames, conforme determina a NR 07;
 - 1.2 Realizar atendimentos médicos com a finalidade de emissão de ASO's Atestados de Saúde Ocupacional, os ASO's admissionais, demissionais e retorno ao trabalho.

A empresa deverá fornecer médico do trabalho para os atendimentos, próprio ou terceirizados para os atendimentos.

2 - Realizar gestão ocupacional dos exames complementares previstos pela NR 07 do Ministério do Trabalho e Emprego;

3 - Responsabilizar-se pela gestão da saúde dos trabalhadores, através de sistema informatizado, enviando periodicamente arquivos para alimentação do eSocial;

3.1 – Ter software para o envio das informações do e-social e consultas, para que possa ser enviado mensalmente relatórios e recibos deste envio à Câmara;

4 - Encarregar-se pela avaliação clínica e exames complementares previstos no PCMSO;

5 - Caso houver a necessidade de homologação de atestado o mesmo será cobrado por demanda realizada no mês;

6 – Realizar avaliação técnico ergonômica do ambiente laboral.

6.1 – realizar avaliação individual nos colaboradores, caso seja identificando situações mais críticas e desenvolver atividades para melhoria da qualidade do posto de trabalho.

Os itens mencionados acima a empresa terá 90 dias para a entrega da Câmara para dar início aos pagamentos mensais.

3 – E-Social

1 - Realizar implementação, gestão e envio das informações dos eventos de Segurança do Trabalho para envio ao governo os eventos:

- S 2210 (Comunicação de Acidente de Trabalho),
- S 2220 (Monitoramento da Saúde do Trabalhador) e
- S 2240 (Condições Ambientais do Trabalho Agentes Nocivos)

Deverá ser enviado imediatamente caso seja necessário após assinatura do contrato.

ITEM II - Fornecer uma quantia estimada de até 30 Asos por ano.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

O regime é o de Execução Indireta, com Empreitada Por Preço Global, acorde Artigos 6º e 55 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS DOS PRODUTOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O valor global do presente contrato fica estimado em R\$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais), apresentado pela Contratada no Processo de Compras devidamente homologado e aprovado pela Contratante.

3.2 - O pagamento será realizado até o quinto dia útil após a liquidação da despesa,

devendo a Contratada apresentar Nota Fiscal, comprovante de Regularidade Fiscal junto à Fazenda Municipal e Estadual, junto ao INSS e FGTS e Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de documento próprio, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, na área de Compras da Câmara Municipal de Lagoa da Prata.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato entrará em vigência na data de sua assinatura e vigorará até o dia 16/01/2024.

CLÁUSULA QUINTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 01.02.01.031.0101.6007-339039 ficha 26 fonte 1.500

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

A CMLP se obriga a:

- a) efetuar o pagamento correspondente à execução do objeto do contrato nas condições e preços pactuados;
- b) proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa executar os serviços decorrentes do contrato dentro das normas preestabelecidas, para o bom andamento do serviço contratado;
- c) prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante o prazo de vigência do contrato;
- d) acompanhar e manter fiscalização da execução do objeto do contrato, por intermédio de servidor(a) designado(a) para esse fim pela autoridade competente da CMLP;
- e) comunicar à CONTRATADA, por escrito, toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços decorrentes do contrato, fixando prazo para sua correção, quando for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

7.1 – Executar os serviços de acordo com a solicitação da Contratante;

7.2 – SUSTENTABILIDADE EM ATENDIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Cumpra à Contratada observar os princípios de sustentabilidade contidos na legislação, precipuamente no Art. 3º da Lei 8.666/93, na Lei 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Lei Estadual nº 18.031/09 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), Decreto Estadual nº 46.105/12 (Desenvolvimento Sustentável nas contratações públicas de Minas Gerais) e demais legislações específicas, com destaque para a utilização de equipamentos com baixo consumo energético, de água e baixa emissão de ruído.

7.3 - A CONTRATADA obriga-se ainda a:

- a) atender prontamente as solicitações que se fizerem necessárias referentes à prestação de serviços contratados pela CMLP;
-

- b) prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em ordem;
 - c) manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;
 - d) em nenhuma hipótese, veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços, sem prévia autorização da CMLP;
 - e) manter, durante o período de vigência do contrato, um preposto especialmente designado para representá-la, aceito pela CMLP, o qual deverá deixar endereços, telefones (fixo e celular) com o(a) fiscal do contrato, devendo atender aos chamados da CMLP, mesmo fora do horário de expediente, sem que com isso ocorra qualquer ônus;
 - f) responsabilizar-se pelos ônus resultantes de ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos comprovados, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se também por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato;
 - g) acatar as orientações da CMLP, sujeitando-se às mais ampla e irrestrita fiscalização nas instalações disponibilizadas, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
 - h) prestar esclarecimentos à CMLP sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a prestação de serviços independentemente de solicitação;
 - i) cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, com relação ao pessoal eventualmente designado para a realização do serviço, que não terá com a CMLP qualquer vínculo empregatício;
 - j) comprovar, a qualquer tempo, por exigência da CMLP, o cumprimento das obrigações previstas nas alíneas “c” e “i” deste subitem, como condição para o pagamento;
 - k) permitir e facilitar à CMLP o acesso a toda a documentação relativa à execução do contrato;
 - l) não substabelecer as obrigações assumidas sem anuência expressa da CMLP;
 - m) ressarcir à CMLP o valor correspondente ao pagamento de multas, indenizações ou outros encargos que lhe forem impostos, em decorrência do descumprimento do contrato e/ou de normas legais ou regulamentares relacionados à execução do objeto;
 - n) substituir, no prazo máximo de vinte e quatro horas após notificação, sempre que exigido pela CMLP, após discussão entre as partes, o seu preposto, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da CMLP ou ao interesse do serviço público;
 - o) substituir, sempre que exigido pela CMLP, após discussão entre as partes, qualquer empregado cujo cuja conduta seja considerada prejudicial, inconveniente ou insatisfatória à disciplina da CMLP ou ao interesse do serviço público;
 - p) responsabilizar-se, civil e penalmente, por todo e qualquer dano causado, direta ou indiretamente, à CMLP ou a prepostos seus ou a terceiros, em função da execução do objeto do contrato, decorrentes de sua ação ou omissão, culposa ou dolosa, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CMLP;
 - q) responsabilizar-se perante a CMLP pelos danos ou desvios causados aos bens que lhe forem confiados ou a seus prepostos, devendo efetuar o ressarcimento correspondente imediatamente após o recebimento da notificação da CMLP, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha a receber ou de cobrança judicial;
 - r) não caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira;
 - s) Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato;
-

t) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E COMERCIAIS

Na forma do disposto no Artigo 71 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, a Contratada assume todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da presente contratação.

CLÁUSULA NONA – EVENTUAL ATRASO E INEXEÇÃO

1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, poderá a CMLP aplicar as sanções previstas na legislação pertinente, especialmente o art. 87 da Lei n.º 8.666/93, independentemente de procedimento judicial.

2 - Pelo atraso injustificado na execução do contrato, poderá a CMLP aplicar à CONTRATADA MULTA DE MORA de até 0,3% (três décimos por cento), por dia, até o limite de 08 (oito) dias, caracterizando a inexecução total do contrato.

3 - No caso da CONTRATADA deixar de cumprir obrigação legal ou contratual, ou se recusar a corrigir falta ou defeito apontado pela CMLP, ou pela inexecução parcial ou total do contrato, será aplicada MULTA COMPENSATÓRIA baseada na estimativa dos prejuízos causados à CMLP, graduada em até 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou da parcela não executada.

4 - A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei 8.666/93, inclusive a responsabilização da Contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração.

5 - O valor das multas previstas acima será descontado do pagamento de fatura(s) eventualmente devida(s) pela CMLP à CONTRATADA, ou da garantia por esta fornecida e, quando não houver pagamento a ser efetuado, nem garantia, A MULTA SERÁ COBRADA ADMINISTRATIVA OU JUDICIALMENTE, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

6 - As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

7 - Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos casos previstos nos Artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, observado o disposto nos Artigos 79 e 80 do referido diploma legal, e ainda:

10.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão com as consequências nele previstas, em especial nos seguintes casos:

- a) quando ocorrer descumprimento de cláusula do Contrato e a Câmara Municipal não optar pela cobrança da multa prevista neste edital;
- b) revelando a Contratada incapacidade e inidoneidade durante a prestação dos serviços;
- c) quando a Contratada paralisar os serviços por mais de 10 (dez) dias sem justificativas devidamente aceitas pelo setor responsável pela fiscalização do contrato;
- d) houver reclamações e desaprovação pelas unidades fiscalizadoras do Contrato, quanto à qualidade dos serviços prestados.

10.2 - Ocorrendo a rescisão por quaisquer dos motivos especificados, fica suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas ou danos causados à Câmara Municipal de Lagoa da Prata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ADITIVOS

As alterações contratuais pactuadas pelas partes, de modo a melhor adequar o presente contrato aos fins públicos que busca a CONTRATANTE serão formalizadas por meio de termo aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REGIME LEGAL

O presente contrato rege-se basicamente por suas cláusulas, pela Lei Nacional nº 8666/93 e suas alterações, e pela Lei Complementar Nacional 123/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

É responsável pela fiscalização da execução deste instrumento o(a) Fiscal de Contratos da Câmara Municipal de Lagoa da Prata.

13.1 - A execução do contrato será fiscalizada pela CONTRATANTE por meio do(a) Fiscal de Contrato, que será responsável por acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e para manter contato permanente com a CONTRATADA ou seu representante.

Será, ainda, responsável pela emissão do parecer técnico das ocorrências na execução do contrato.

13.2 - A CONTRATANTE poderá:

- a) exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer empregado ou preposto que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhes foram atribuídas;

b) rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com as normas do contrato.

13.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4 - A CONTRATADA responderá pela cobertura integral de quaisquer prejuízos sofridos diretamente pela CONTRATANTE ou causados a terceiros, por ato ou fato, comissivo ou omissivo, da CONTRATADA ou de seus prepostos.

13.5 - Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos na cláusula 13.4, a CONTRATANTE poderá abatê-los das faturas relativas aos serviços prestados pela CONTRATADA ou, se inviável a compensação, promover a execução judicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado em forma de extrato, no “Diário Oficial do Poder Legislativo Municipal de Lagoa da Prata – Diário Oficial dos Municípios Mineiros da AMM” e no endereço eletrônico www.lagaodaprata.mg.leg.br, em conformidade com o disposto no parágrafo único do Art. 61 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1. O presente Contrato poderá ser rescindido por motivo de força maior e dar-se-á por iniciativa e a juízo da Contratante.

15.2. Poderá a Câmara Municipal rescindir o presente Contrato, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público devidamente justificados, sem que caiba à Contratada direito a indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

15.3. A associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação, só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências e com o consentimento prévio e por escrito da Câmara Municipal de Lagoa da Prata e desde que não afete a boa execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

As partes elegem o foro da comarca do Município de Lagoa da Prata para dirimir os conflitos que possam advir do presente contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente, em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Lagoa da Prata, 16 de janeiro de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ANTÔNIO JUSTINO FILHO
Presidente
Contratante

AMANDA OLIVEIRA MATEUS BORGES
Diretora
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____

CPF - _____

2 - _____

CPF - _____